



COMISSÃO PERMANENTE  
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
(Art. 182, art. 183, inciso I e art. 189, inciso I, do RICMMN)

## **PARECER**

PROJETO DE LEI Nº 032/2025, DE 14 DE MAIO DE 2025.

AUTORIA: LÚCIA GLEIDEVÂNIA RABELO

**MATÉRIA: “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO EMPRESA PARCEIRA DA INCLUSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

### **RELATÓRIO.**

A propositura acima indicada foi encaminhada pela Vereadora Lúcia Gleidevânia Rabelo, protocolado nesta Casa na data de 14/05/2025, por intermédio da Mensagem ao Projeto de Lei nº 032/2025, de 14 de maio de 2025, com esteio no art. 59, inciso II, da Lei Orgânica desta municipalidade.

O Projeto de Lei sob análise, como bem descreve a autora, dispõe sobre a criação do selo Empresa Amiga Da Inclusão, destinado aos estabelecimentos comerciais que adotem política interna de inserção de pessoas com o transtorno do espectro autista – TEA e demais transtornos, no município de Morada Nova e dá outras providências. ”

Passo a emitir o parecer que ao final deve ser assinado por aqueles que estejam de acordo.

### **DO DIREITO.**

A Lei Orgânica deste Município dispõe em seu art. 12, inciso I, “ex vi legis”:

**Art. 12. O Município de Morada Nova, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal e Estadual, com observância dos princípios seguintes:**  
**I – respeito à Constituição Federal e Estadual;**

Conclui-se, portanto, que o município de Morada Nova tem legitimidade para legislar sobre a matéria em análise, com respaldo nos arts. 18 e 30, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 28 da Constituição do Estado do Ceará, senão vejamos:



COMISSÃO PERMANENTE  
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
(Art. 182, art. 183, inciso I e art. 189, inciso I, do RICMMN)

**Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.**

**Art. 30. Compete aos Municípios:**  
**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

A Constituição Estadual do Ceará assim estabelece:

**Art. 28. Compete aos Municípios:**  
**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

### **CONCLUSÃO.**

O presente Projeto de Lei, encaminhado pela vereadora Lúcia Gleidevânia Rabelo, dispõe sobre a criação do selo Empresa Parceira da Inclusão.

Em termos jurídicos, a Constituição Federal estabelece no art. 24, incisos XII e XIV, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal em legislar sobre saúde e proteção da pessoa com deficiência:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**  
(...)  
**XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;**  
(...)  
**XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;**

A presente proposta legislativa também está em conformidade com a diretriz do art. 2º, inciso III, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei federal n. 12.764/2012). Bem como cumpre com o art. 150-F da Lei Orgânica do Município de Morada Nova:

#### **Estatuto da Pessoa com Deficiência**

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:  
(...)  
**III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;**

#### **Lei Orgânica do Município de Morada Nova**

Art. 150-F – A família, a sociedade e o Município têm o **dever de amparar** as pessoas idosas e as **pessoas com deficiência**, assegurando sua **participação na comunidade**, defendendo sua **dignidade e bem estar** e garantindo-lhes o **direito à vida**.



COMISSÃO PERMANENTE  
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

(Art. 182, art. 183, inciso I e art. 189, inciso I, do RICMMN)

Nos termos do §2º do art. 79, após aprovação em Plenário, compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação avaliar a legalidade e a constitucionalidade da proposição, podendo, em caso de vício insanável, recomendar seu arquivamento.

No presente caso, não há, portanto, vício de iniciativa, ilegalidade ou inconstitucionalidade formal ou material que impeça a regular tramitação da matéria.

Considerando que a matéria está dentro da competência legislativa municipal; visa garantir o art. 2º, inciso III, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e o art. 150-F da Lei Orgânica do Município de Morada Nova e está em conformidade com os dispositivos constitucionais.

Esta Relatoria manifesta-se pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e REGULAR TRAMITAÇÃO do Projeto de Lei nº 032/2025.

**DO VOTO.**

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente, **por unanimidade dos membros, à APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 032/2025, de 14 de maio de 2025**, devendo seguir para discussão e votação em plenário, obedecendo aos trâmites da Casa e quórum qualificado para sua aprovação, conforme determinam o art. 53 e seguintes da LOMMN, e art. 132 e seguintes do RICMMN, tudo de acordo com orientação da procuradoria jurídica desta Câmara Municipal.

**É O PARECER, S.M.J.**

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Morada Nova,  
em 21 de maio de 2025.

---

**Davi Sousa de Oliveira**  
**Presidente**

---

**Raquel Menezes Girão**  
**Membro**

---

**José Gomes da Silva Júnior**  
**Membro**